

A presença da população africana na cidade da Parahyba do Norte: uma análise a partir dos registros eclesiásticos de batismo (1833-1860)

MATHEUS SILVEIRA GUIMARÃES*

Considerações iniciais

O primeiro censo realizado oficialmente pelo governo brasileiro foi publicado no ano de 1872. Este apresenta detalhes como idade, profissão, nacionalidade, grau de instrução, entre outros, em várias paróquias de cada província do Brasil. No que se refere à população da província da Paraíba, mais especificamente na Paróquia de Nossa Senhora das Neves, cidade da Parahyba do Norte (capital da província) tínhamos um total de 11.887 habitantes. Dentre estes, 77 eram africanos (48 escravizados e 29 livres). Em um primeiro momento, esses números podem parecer insignificantes: apenas 0,64% da população da capital era de africanos, número este que seria reduzido caso levássemos em consideração apenas os escravizados (RECENSEAMENTO, 1872).

Todavia, uma pergunta pode mudar a perspectiva e trazer importância para tais números: ora, se a província da Paraíba era periférica na economia brasileira, fazendo com que esta não fosse um grande ponto de desembarque de africanos, o que permitiu que, apesar de 22 anos após o fim legal do tráfico de escravizados, persistisse uma quantidade, ainda que pequena, de africanos na Paraíba? A nossa hipótese para tal inquietação consiste em que, mesmo não sendo porta de entrada de africanos, a Paraíba recebeu uma população africana que se fixou e reconstruiu a vida na província, merecendo atenção de nossos estudos.

Este trabalho é resultado de nossa pesquisa junto ao Programa de Pós-graduação em História pela Universidade Federal da Paraíba (PPGH-UFPB) e tem como objetivo identificar e analisar o perfil dessas pessoas que foram trazidas do outro lado do Atlântico para serem escravizadas no Brasil e acabaram por reconstruir suas vidas na Paraíba. Durante dois anos, fizemos uma pesquisa, coletando todos os registros de batismo da Freguesia de Nossa Senhora das Neves, cidade da Parahyba do Norte, entre os anos de 1833 e 1860. A partir desta, identificamos uma população africana não só de adultos como de crianças que vieram escravizados para a Paraíba que nos chamou atenção.

* Mestrando em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Paraíba (PPGH-UFPB).

Utilizamos como fonte esses arquivos eclesiásticos de batismo da Freguesia de Nossa Senhora das Neves, cidade da Parahyba do Norte, apontando para a importância dessa documentação para a pesquisa histórica sobre a sociedade escravista no Brasil. A partir destes, podemos não só descobrir quem são essas pessoas, como mapear as redes de sociabilidades construídas em sua chegada e permanência na Paraíba mediante as relações de compadrio. A escolha de nosso recorte está apoiada no fato de os registros de batismo mais antigos da Freguesia supracitada que foram conservados e estão disponíveis para pesquisa são do ano de 1833. O ano de 1860 foi até onde a pesquisa chegou. Com isso, acreditamos ser possível construir, inicialmente, algumas indicações da escravidão africana na Paraíba.

Antes de nos voltarmos para os dados, destacamos a importância de trazer à discussão a maneira como a historiografia paraibana via a população africana e sua importância para a história da Paraíba. Nesse sentido, analisamos a produção do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano (IHGP) que por muito tempo foi o principal elaborador de um discurso histórico na Paraíba, exercendo influência ainda hoje. Contrapomo-nos em alguns momentos à visão do IHGP sobre a população negra e tentaremos demonstrar isso.

Tendo como principal veículo de transmissão da sua produção do conhecimento histórico a Revista (RIHGP), os principais membros do IHGP têm artigos publicados sobre os mais variados temas, dentre os quais a população negra aparece em alguns momentos. Assim, analisamos os artigos dessa revista que tratam da população negra, destacando qual a abordagem dada pelos membros do Instituto citado sobre os africanos escravizados.

A população negra na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano (RIHGP)

Fundado uma década e meia após a Proclamação da República, o Instituto Histórico e Geográfico Paraibano foi uma das mais importantes instituições de produção e divulgação do conhecimento histórico na Paraíba. Apesar de vários livros serem lançados pelos membros do IHGP, sua principal fonte de divulgação do que era produzido pelo Instituto foi (e ainda o é) a Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, publicada, inicialmente, em 1909.

Ainda hoje, os membros do IHGP produzem artigos sobre os mais variados temas da história da Paraíba, não tendo a mesma vitalidade anterior. Disputa hoje espaço com outros lugares de produção do conhecimento histórico, como as Universidades. Todavia, o discurso que permeou toda a produção do IHGP ainda encontra-se muito forte. É na produção deste que está “a visão mais arraigada sobre a história da Paraíba e que, ainda hoje, é referência para a maior parte da sociedade” (DIAS, 1996, p.16). Isso se deu pelo fato de que, até a

criação do curso superior em História datada de 1955 na Paraíba, o IHGP era hegemônico. Na verdade, este só começa a perder espaço a partir da década de 1970, com a criação do Núcleo de Documentação e Informação Histórico Regional (NDIHR) e a institucionalização da pesquisa nas universidades da Paraíba (SILVEIRA, 2012, p. 240-242).

Em tempos de mudanças políticas, o IHGP surgiu com o intuito de fortalecer uma identidade local, paraibana, atrelada às novas configurações políticas nacionais: a República. Seguindo o mesmo modelo de sua consorte nacional, o IHGP nasceu com fortes vinculações com as elites políticas locais². E o mesmo objetivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, seria aplicado à Paraíba, visando articular as características locais às nacionais³.

Baseados em uma perspectiva factual, os membros do IHGP fizeram uma história baseada na história dos grandes nomes políticos, em descrições detalhadas sobre determinados eventos políticos sem muitas articulações com outros aspectos como econômicos, culturais e sociais. Propuseram construir uma história oficial e, para isso, deveriam utilizar fontes escritas oficiais. De acordo com o artigo 2º do estatuto, uma das finalidades da instituição era a de

5º - Promover a comemoração solenne das grandes datas e acontecimentos pátrios, especialmente os dias 13 de maio, 5 de agosto, 7 de setembro e 15 de novembro; 6º - Perpetuar por quaisquer meios a memória dos homens e feitos da história paraibana (RIHGP, v.1, p.11-12).

O objetivo geral do Instituto era destacar uma identidade própria da Paraíba: a chamada *paraibanidade*. Para Margarida Dias, esta se define como “a identidade paraibana, criada pelo IHGP para conceituar uma personalidade específica, circunscrita pelo espaço tido como paraibano e formado por algumas características e valores [...], proporcionados pelo processo histórico particular” (DIAS, 1996, p.50-51).

Aliando o objetivo da construção de uma *paraibanidade* à perspectiva de uma história factual, a consequência foi a produção de um discurso histórico que destaca apenas aspectos particulares de indivíduos políticos, apontando sempre para o heroísmo destes. É constante nos artigos das Revistas do IHGP, por exemplo, termos como: lutas, resistência, povo heroico.

Outra característica comum do discurso formulado pelo IHGP consiste em propor leituras-síntese sobre a história da Paraíba. Diferentemente do que é comum na produção

² Margarida Dias (1996) também traz no anexo de sua obra a lista dos fundadores do IHGP e suas vinculações políticas, econômicas e profissionais. Para saber a lista dos sócio-fundadores do Instituto, ver o termo de fundação publicado no primeiro volume da revista (RIHGP, 1909, v.1, p. 9-10).

³ De acordo com Lilia Schwarcz, “Criado [o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB)] logo após a independência política do país, o estabelecimento carioca cumpria o papel que lhe fora reservado, assim como aos demais institutos históricos: construir uma história da nação, recriar um passado, solidificar mitos de fundação, ordenar fatos buscando homogeneidades em personagens e eventos até então dispersos” (SCHWARCZ, 2010, p.99).

historiográfica acadêmica, que tenta aprofundar-se em um recorte específico, os artigos do IHGP, muitas vezes, discorrem sobre grandes recortes em poucas páginas, tornando os textos simples e generalistas. Dessa maneira, o risco de se cometer equívocos e tornar tudo homogêneo é muito grande. Diante dessas questões, veremos, assim, a visão do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano sobre a população negra da Paraíba.

Fizemos uma pesquisa desde a primeira revista lançada, em 1909, até o volume 35, ano de 2002. Nesses volumes, conseguimos identificar dezesseis artigos que tratavam da escravidão ou aspectos relacionados como os quilombos, alforrias, alguns aspectos legais como a lei de 1871 e 1885, além de questões relacionadas a raças e ao racismo. O espaço não nos permite fazer uma análise mais aprofundada sobre cada um desses artigos. Com efeito, escolhemos alguns, mais representativos, que julgamos mostrar a visão do IHGP acerca da população negra na Paraíba.

O primeiro artigo a trabalhar diretamente com esse tema, foi publicado no ano de 1946 no volume 10 da revista. Intitulado *A escravidão – fenômeno social como outro qualquer*, Álvaro de Carvalho discute, em cinco páginas a escravidão no Brasil. O autor escrevia na comemoração do cinquentenário da abolição, em 1938, que para ele se caracterizou como a “mais emocionante das vitórias, o sonho radioso da geração que a precedeu e festejou, ela própria, num quase delírio apoteótico, o inesquecível acontecimento o que dera o melhor de suas energias espirituais” (CARVALHO, 1946, p.106).

O objetivo de Álvaro de Carvalho era mudar a imagem que se tinha sobre a escravidão. Para ele, esta sempre era vista como negativa, desde o movimento abolicionista que tentou apontar todos os pontos detestáveis desse fenômeno. Para o autor, a escravidão nada mais foi do que um “fenômeno social e econômico que foi, como o tem sido em toda parte, a decorrente necessária da lei suprema da vida, da lei que não conhece leis e que a todas se superpõe – a necessidade” (CARVALHO, 1946, p.108). Ou seja, a escravidão não deveria ser uma mácula, mas apenas um fenômeno importante para a formação de nossa história e que apenas respondeu a uma necessidade do momento.

Assim como outros autores do IHGP, Carvalho aponta que a única maneira de reagir à escravidão foi a formação de quilombos. Todavia, com o tempo, a mestiçagem teria apagado a rebeldia dos escravos. Ainda sobre a mestiçagem, o autor defende que o negro seria diluído com o tempo, prevalecendo o mais forte, que não está dito, mas seria o elemento branco da miscigenação. Para ele, “três séculos ou pouco mais e o negro será, no Brasil, uma simples recordação histórica: existirá apenas no sangue, diluído em dezenas de gerações, assimilado pela capacidade de raças mais fortes e numerosas” (CARVALHO, 1946, p.110).

Em 1991, Humberto Mello publicou *Datas e notas para a história do negro da Paraíba*. O objetivo era, a partir da obra de Irineu Pinto (patrono do IHGP), *Datas e notas sobre a história da Paraíba*, identificar qual o papel do negro na história da Paraíba. Para Mello, a obra de Irineu Pinto seria uma “visão fotográfica dos fatos”, sem se aprofundar nas interpretações (MELLO, 1991, p.113-114).

Humberto Mello mostra uma imagem heroica do o negro. Os africanos teriam participado do processo de conquista da Paraíba, auxiliando os portugueses, passaram por um processo de militarização com a tropa dos Henriques e lutaram no ano de 1817. Admite o autor, e aqui destacamos o segundo ponto, que a Paraíba nunca teve muitos escravos, mas ainda assim a entrada de negros foi constante até o ano de 1850.

Mello aponta para os aspectos violentos como as más condições físicas, as mortes por secas e os fortes castigos. A consequência direta disso foi a formação de quilombos e a reação violenta individual como os crimes contra os senhores (MELLO, 1991, p.119-120). Nessas nove páginas de história do negro na Paraíba, Humberto Mello trabalhou o período da América portuguesa e do Brasil Imperial de maneira homogênea. Apenas nas duas últimas páginas, ele se dedica mais ao século XIX, trazendo aspectos como os posicionamentos dos negros frente às revoltas de 1817, 1824 e 1848, e alguns dados demográficos.

No mesmo volume de 1991, há o artigo de Waldice Mendonça Porto, *O negro na história paraibana*, que, na verdade, é um comentário sobre uma obra de sua autoria, *Paraíba em preto e branco*. Com uma linguagem bastante rebuscada, a autora demonstra a escravidão como ligada a aspectos econômicos da produção do açúcar e teve como consequência direta a miscigenação. Porto denomina seu próprio livro como “um ensaio sem tabus, por quebrá-los um a um, à proporção em que vai dando ênfase à lógica, despida de preconceitos, em face do documento irrefutável” (PORTO, 1991, p.277).

O ensaio surgiu a partir da necessidade de se compreender o fenômeno da escravidão na Paraíba que, segundo a autora, tinha muitas lacunas a serem preenchidas. O negro surge na história da Paraíba desde os primeiros anos de colonização. Estes vieram, logo, para o trabalho pesado do eito trazendo consigo aspectos culturais como a religiosidade. Para a autora, a população de negros na Paraíba nunca foi muito grande, “Apenas foi o considerável, não chegando a pigmentá-la marcantemente, como aconteceu nas principais capitanias” (PORTO, 1991, p.282). Ou seja, a Paraíba nunca teve uma população negra muito grande e a miscigenação aqui ocorrida não sofreu forte influência do negro. Ao negro era impossível a formação de famílias. Aliás, Waldice Porto demonstra uma visão do negro como sexualmente pervertido ao admitir, por exemplo,

paralelamente à trágica existência dos escravizados, um momento de gozo, de paraíso – os privilégios por eleição sentimental, os acervos culturais se misturando, se insinuando, se confundindo, se atritando, se exterminando, se reproduzindo no aconchego infecto da senzala ou acobertados pelo canavial (PORTO, 1991, p.286).

Sempre relacionando a escravidão à questão econômica, destaca aspectos do que ela denomina de “sincretismo religioso”, das cartas de alforria, sobre a tropa dos Henriques e a formação dos quilombos de maneira muito sintética, reservando cerca de uma página para cada um desses temas. Da mesma maneira, aponta os quilombos como a única forma de reação ao controle do sistema escravista.

Nas comemorações de noventa anos de fundação do IHGP, a Revista publicou uma edição especial. Nesta destacaremos dois artigos: *Índios, negros, colonizadores e conquistadores da Paraíba* de Aécio de Aquino e *O Negro e o Brasil* de Altamir Milanez.

No primeiro artigo, o autor em sete páginas tenta sintetizar o papel dos índios, negros e portugueses no processo de colonização e conquista da Paraíba. Em relação ao negro, temática que nos interessa, Aécio Aquino admite que os europeus tinham imagens preconceituosas sobre a população negra. Utilizando-se de relatos de viajantes, o autor afirma ter existido na Paraíba poucos negros, sendo a maioria deles vindo de Angola. Eles acompanharam os portugueses na colonização, mas, ainda assim, não tiveram uma contribuição muito grande na formação cultural da Paraíba.

Para o autor, no início havia uma relação conflituosa entre brancos e negros, sendo estes submetidos às péssimas condições de vida. Porém, com o tempo, o equilíbrio entre as três raças passou a vigorar. Para ele, após um século da criação da cidade de Nossa Senhora das Neves (capital da capitania), que mais tarde passou a ser chamada de Parahyba do Norte:

Havia um certo equilíbrio racial e cultural. As três raças, embora com um certo predomínio da branca, contribuíram substancialmente e equitativamente para a formação do biótipo do paraibano e os elementos culturais difundidos pelos colonizadores eram contemplados por traços transmitidos pelos indígenas e em menor quantidade, pelas culturas dos escravos africanos (AQUINO, 1995, p.33).

Sempre que pôde, o autor tentou minimizar a importância cultural do negro na formação da Paraíba.

No segundo artigo que escolhemos desta edição comemorativa, Altamir Milanez é ainda mais sintético, resumindo em cinco páginas o papel do negro na formação do Brasil. Utilizando como principal fonte a obra de Gilberto Freyre, *Casa-Grande e Senzala*, Milanez aborda desde o início da colonização portuguesa do Brasil que se baseou na agricultura e no trabalho escravo, destacando que o negro apresentou-se como o “motor principal de seu desenvolvimento [da economia colonial]” (MILANEZ, 1995, p.172). Com uma visão um pouco vitimizada do negro, ele destaca a fuga com a única maneira de resistir à escravidão.

Por fim, admite a importância do negro para a composição do “povo brasileiro”, que não seria o mesmo sem a herança cultural por este deixada.

Diante dessas leituras sobre a população negra feita pelos membros do IHGP, que influenciou a historiografia paraibana, podemos destacar alguns aspectos. O primeiro deles é a visão homogênea do negro como uma espécie de tipo ideal. Visto da mesma maneira na colônia e no império, sem levar em consideração não só as mudanças desses períodos distintos da história do Brasil, como as próprias heterogeneidades internas da população negra. Ser crioulo, africano, pardo ou cabra não era a mesma coisa, apesar de ter aspectos comuns. Um segundo ponto refere-se à relação de identidade entre negro e escravizado. Em quase todos os artigos, o negro é identificado apenas como o cativo, deixando de levar em consideração a existência de uma população negra liberta e livre. Em terceiro lugar, há na produção da RIHGP, ao mesmo tempo, uma visão que se aproxima de Gilberto Freyre ao valorizar a participação das pessoas negras na formação do Brasil e, conseqüentemente, da Paraíba, e uma minimização desta importância. Por fim, ao se tratar apenas do “negro”, a produção do IHGP não consegue perceber as experiências singulares vividas pelas pessoas negras na Paraíba e, no nosso caso, da população africana. Muita experiência foi desperdiçada com essa perspectiva de história. Pretendemos, com este trabalho, trazer algumas das experiências de vida de pessoas africanas que vieram à Paraíba no século XIX e muito contribuíram para a formação histórica da Paraíba, destacando suas especificidades.

Perfil da população africana vinda para a Paraíba no século XIX

Antes de iniciarmos nossa análise sobre o perfil da população africana na Paraíba oitocentista, julgamos interessante destacar a importância da documentação eclesiástica de batismo. Não tendo o Brasil do período imperial registros civis de nascimento de sua população, cabia às autoridades eclesiásticas católicas (o catolicismo era a religião oficial do Estado) o registro daqueles que nasciam, casavam e morriam.

Dentre os vários sacramentos da Igreja Católica, o batismo é, talvez, o mais importante. Ele representa o ritual de entrada de uma pessoa no cristianismo. Toda pessoa deveria, assim, ser batizada para poder dizer-se cristã e, conseqüentemente, utilizar-se dos outros sacramentos católicos.

Uma primeira olhada nos registros eclesiásticos de batismo não chama muita atenção de um pesquisador mais desatento. São textos curtos, com informações objetivas. Em geral, os registros de batismo trazem a data, o local, o nome do indivíduo batizado, a definição de

sua cor e condição jurídica, a data do nascimento, o padre que realizou a cerimônia, os nomes do pai e da mãe e os nomes dos padrinhos e das madrinhas. Na Freguesia de Nossa Senhora das Neves, apenas algumas vezes, a cor do pai e da mãe era informada. No caso das pessoas que faziam parte das elites da Paraíba, o nome do avô e avó também era registrado. No caso da população negra, principalmente africana, isso nunca aconteceu.

Todavia, uma análise mais cuidadosa e calma, pode abrir um leque de possibilidades e permitir a compreensão de muitas características sociais de uma sociedade como na Paraíba do século XIX. Por exemplo, a partir das informações dos registros de batismo, as redes de sociabilidades construídas pela população negra podem ser destacadas mediante os compadrios. Para a população africana, os lugares de procedência e o nome dos proprietários eram destacados pelo pároco. A partir dessas informações, acreditamos ser possível identificar um perfil da população africana trazida para a cidade da Parahyba do Norte no século XIX.

Dentre os anos de 1833 e 1860, foram registrados, na cidade da Parahyba do Norte, Freguesia de Nossa Senhora das Neves, 8.057 batismos. Desse total, 114 pessoas foram registradas pelo pároco com o termo “preto/a” relacionado à cor. As denominações feitas no ritual do batismo são muito complexas⁴. Geralmente, a historiografia indica que o termo preto/a relacionava-se aos africanos vindos para o Brasil. A primeira geração descendente desses africanos, chamava-se de crioulos/as⁵.

Nos registros pesquisados, dos 114 pretos/as, 46 fazem referência direta à origem africana das pessoas batizadas; 52 foram indicados como “pretos/as crioulos/as” e 16 apenas como “preto/a”. As pessoas registradas como “preto/a crioulo/a” não foram consideradas africanas. Como citado anteriormente, eram chamados crioulos aqueles descendentes dos africanos. Isso fica evidente na documentação pesquisada. Por exemplo, todas as pessoas batizadas com este termo eram crianças, nascidas após 1850. Em todos os casos, o pároco registrou que a criança nasceu na própria freguesia, preocupação esta que não aparece em outros registros. Talvez com isso, o pároco responsável pelos batismos estivesse querendo destacar que aquela criança não era africana, apesar de ser considerada preta. Outro ponto refere-se ao próprio termo “crioulo/a”, que determina o nascimento no Brasil. Apesar de ser preto/a, há uma especificação. Essa criança não era “preta” e sim “preta crioula”.

⁴ No decorrer da pesquisa, conseguimos identificar cerca de dez denominações distintas (branca, cabocla, mameluca, índia, preta, mulata, crioula, cabra, semibranca, parda).

⁵ Solange Rocha afirma que, geralmente, “um africano poderia ser chamado de ‘negro’ ou ‘preto’, já os seus filhos costumavam acrescentar o termo de ‘crioulo’ – termo para os escravos nascidos na América” (ROCHA, 2006, p.297-298). Ver também sobre essa discussão Barickman (1999).

As 16 pessoas denominadas apenas de “preto/a” também não foram incluídas na análise. Apesar de provavelmente elas serem africanas, como indica a historiografia, ainda não temos indícios suficientes para afirmar isso com tranquilidade no caso da Paraíba. Precisaríamos de um maior tempo de reflexão para concluir que estas pessoas eram todas africanas. Assim, de todas essas pessoas que tinham suas cores registradas nos batismos como “preta”, levamos em consideração apenas as pessoas que foram registradas diretamente como africanas.

Com efeito, entre 1833 e 1860, foram batizadas na Freguesia de Nossa Senhora das Neves, uma quantidade de 46 pessoas africanas. Esse número não contempla todos os africanos que viviam na capital da província da Paraíba, evidentemente. Mas, a partir deles, podemos lançar luz sobre alguns aspectos de suas vidas.

De todos os africanos vindos para a cidade da Parahyba do Norte e batizados na Freguesia de Nossa Senhora das Neves, 18 eram mulheres e 28 eram homens, o que aponta para uma maioria masculina de africanos, uma tendência comum em quase todo o Brasil. Em relação à condição jurídica dessas pessoas, temos uma quantidade de 45 escravizadas e em apenas uma pessoa em que nada constava sobre sua condição. Ora, tendo em vista que essas pessoas estavam sendo batizadas, provavelmente elas tinham chegado há pouco tempo no Brasil e vieram para a Paraíba. Dessa forma, elas ainda tinham o estatuto de escravizadas, o que poderia mudar com a vivência e novas relações construídas na província, buscando um novo estatuto: de liberto.

A idade dessas pessoas trazidas da África é característica principal para o trabalho escravo: 45 pessoas eram adultas com idade entre 16 e 40 anos. Apenas uma foi registrada com idade inferior a 15 anos, sendo considerada criança. E isso leva a um segundo aspecto: a não identificação dos nomes dos pais e das mães. Quando o batismo era feito em uma criança, os pais podem ser facilmente identificados. No caso de adultos não. Em apenas dois casos, as filiações foram registradas, mas, infelizmente, estavam ilegíveis. Não sabemos ao certo o motivo para esta não informação, mas pode nos levar a considerar três hipóteses: essas pessoas não se recordavam dos nomes de seus progenitores (o que parece improvável); tal informação não tinha importância para o registro ou, até mesmo, esses africanos se recusaram a informar.

O ano que mais registrou o batismo de africanos escravizados na Freguesia trabalhada foi 1835. Dos 46 registros de batismos, 6 foram feitos nesse ano. Os anos de 1847 e 1856 tiveram 6 batizados. Há um aspecto interessante a se destacar nesse sentido. O comércio transatlântico de escravizados torna-se ilegal em 1831. Todavia, ainda identificamos todos esses registros após essa data. O mesmo ocorre em 1850. Ainda que a lei Eusébio de Queiroz

tenha proibido a entrada de africanos no Brasil, 19 pessoas africanas foram batizadas após este ano. Isso não implica dizer, necessariamente, que essas pessoas tenham entrado após 1850, mas, no mínimo, que tenham passado certo tempo sem serem batizadas, o que não era comum. Essa característica se opõe a informação apresentada pelos membros do IHGP de que a entrada de africanos no Brasil teria acabado em 1850. As leis não se apresentaram tão rígidas como se imagina.

Nos registros de batismo podemos constatar também o local de onde essas pessoas foram retiradas da África para serem trazidas para o Brasil. Não há, como discutimos na definição das cores, uma uniformidade e regularidade. Às vezes, um mesmo local é expresso de várias maneiras. Por exemplo, Francisco, batizado em 26 de junho de 1835, foi identificado como “preto de Nação Angola” (L.I, fl.25). Margarida, por sua vez, doze anos depois, no dia 04 de julho, também era de Angola, porém no registro de batismo consta “preta gentio de Angola” (L.II, fl.72)⁶.

É comum haver denominações genéricas como a de Ignacio batizado no dia 04 de janeiro de 1836 que é identificado apenas como “Preto de nação africana”, sem determinar especificamente que nação seria esta (L.I, fl.39). Este é o caso também de Roza, batizada dia 25 de outubro de 1838, identificada como “preta de nação” no que se refere a sua procedência (L.I, fl. 109). Todavia, apesar de todas as dificuldades, podemos traçar algumas características principais da população africana na província da Paraíba no que diz respeito a sua origem. Aos 46 africanos identificados no batismo, somamos mais 41 mães e cinco pais africanos que batizaram filhos e filhas nesta freguesia, totalizando 92 pessoas. Temos o seguinte quadro no que se refere à procedência dessas pessoas:

Tabela 1 – Grupos de Procedência dos africanos nos registros de batismos na província da Paraíba do Norte (1833-1860)

Procedência	Quantidade de pessoas (Total: 92)
Angola	19 (20,65%)
Angico	2 (2,17%)
Barnô	1 (1,08%)
Benguela	1 (1,08%)
Cabinda	1 (1,08%)

⁶ Para não tornar excessivas as notas fazendo referências aos registros de batismos em que constam esses casos, colocaremos entre parênteses apenas os livros e as páginas. Dessa maneira, acreditamos que o texto fique mais leve.

Congo	3 (3,26%)
Costa da Mina	5 (5,43%)
Da Costa	5 (5,43%)
Moçambique	3 (3,26%)
Nagôs	3 (3,26%)
Preta do Gentio	7 (7,60%)
Quiçamão	1 (1,08%)
Referência apenas ao termo “nação”, sem especificar qual	19 (20,65%)
Sabará	1 (1,08%)
Somente referência à África	20 (21,73)
Uça	1 (1,08%)

Fonte: Livros de Batismos da Freguesia de Nossa Senhora das Neves, 1833-1860

Se excluirmos aqueles que possuem referências gerais como “Preto da África” ou “Preto de Nação”, a partir desta tabela conseguimos destacar que há uma preponderância de angolanos na Paraíba. Além de angolanos, os africanos vindo do Congo, da Costa da Mina e denominados de Cabinda formam a maioria dos identificados. Esse grupo de africanos que viviam na região da África denominada de Centro-Occidental é comumente denominada de bantos. Em artigo sobre a população africana vinda para a Paraíba no final do século XVIII, Solange Rocha já traz essa informação. Segundo a autora,

Esses escravos africanos deportados para a Paraíba, normalmente, primeiro chegavam a Pernambuco que, em todo o período de duração do tráfico internacional, dispunha de rotas para a Costa da Mina e a África Centro-Occidental – com destaque para os reinos do Congo e de Angola – e abasteceu além da Paraíba, as capitânicas do Rio Grande do Norte e do Ceará (ROCHA, 2006:286-287).

Além do bantos, que eram maioria, a cidade da Parahyba do Norte também recebeu africanos de Moçambique, parte oriental da África, de “barnô” que talvez esteja se referindo à região do reino de Bornu; de Uça, que acreditamos se referir aos povos de língua haúça; e os nagôs, povos conhecidos como iorubas. Todos esses últimos grupos vinham da África ocidental⁷. Ou seja, a cidade da Parahyba do Norte recebeu africanos de todas as principais partes da África, predominando os bantos, da região Centro-Occidental.

⁷ Infelizmente, o espaço não nos permite aprofundar o debate acerca dos lugares de procedência dos africanos. Regiane de Mattos (2009) traz alguns aspectos gerais acerca dos vários grupos africanos nas três principais regiões do continente: Occidental, Centro-Occidental e Oriental.

Além dos africanos batizados na Parahyba do Norte, temos as pessoas que vieram da África e tiveram filhos e filhas batizando-os/as. Em cinco casos, encontramos pais africanos batizando suas filhas. Em 41 casos, conseguimos identificar indícios de mães com origem africana. Pontos muito interessantes podem ser levantados a partir desses pais e mães.

Todos os cinco pais eram casados com mulheres não africanas e tiveram suas uniões legitimadas pela Igreja. Esse foi o caso de João Jozé, um preto de África escravizado aqui na Paraíba, tendo como seu proprietário o Padre Jozé da Costa (L. I, fl.5). João Jozé era casado com uma índia chamada Catharina Maria da Conceição e juntos tiveram Thomas como filho, batizado aos 7 de abril de 1833 com um mês de idade.

Assim como João Jozé temos outros casos como Clemente, escravizado por Roza Tenoria do Aragão e identificado como Gentio de África, que se casou com Albina, uma crioula livre (L.I, fl.120). Tiveram como filho Guilherme, por causa da mãe, batizado como livre. Dos cinco casais que identificamos em que o homem é africano, apenas Domingos e Maria são, ambos, da África, identificados como pretos do gentio. Ambos tinham como proprietário o Major Manoel Soares Nogueira de Moraes, tendo como filho Gregorio também escravizado (L.I, fl.130).

Muitas mães foram identificadas também como africanas: no total, 41 mães. 39 delas tiveram filhos naturais, ou seja, as mães ou eram solteiras ou não tinham seus relacionamentos oficialmente reconhecidos. As únicas exceções foram Maria, citada anteriormente, que era casada com o africano Domingos e mãe de Gregorio; e Florinda, identificada como Preta de nação, liberta e casada com João, um preto crioulo (L.I, fl.20).

De todas as mulheres africanas que tiveram filhos batizados na freguesia de Nossa Senhora das Neves, apenas três não eram escravizadas, ou seja, 38 mulheres africanas escravizadas tiveram seus filhos registrados e estes, conseqüentemente, eram também escravizados. A maioria, 33 delas, teve sua origem identificada de forma genérica como “preta de nação” ou “preta do gentio da África” ou “preta da África”. Das que tiveram suas nações especificadas, 4 eram de Angola, 1 identificada como da Costa, 1 da Costa da Mina, 1 Nagô e 1 de Angico.

Como essas mulheres já tinham filhos sendo batizados na Freguesia, provavelmente, ela já possuíam uma experiência de vida razoável na cidade. Um exemplo que pode demonstrar isso é o caso de Maria do Rozario, africana escravizada por Joanna Maria Jozefina da Gloria, que tinha como filha Claudemira, nascida no mês de janeiro de 1837. A menina Claudemira foi alforriada pela senhora Joanna Maria no ato de seu batismo. De acordo com o

registro de batismo, a criança foi liberta por vontade de sua senhora, mas, no mínimo, havia uma relação entre a escravizada e sua senhora a ponto de esta conceder a alforria (L.I, fl.68).

Havia outra maneira de criar laços de sociabilidades entre africanos na Paraíba do século XIX: o compadrio. A partir dos padrinhos e das madrinhas conseguimos identificar as proximidades sociais criadas pelas pessoas africanas como uma tentativa de reconstruir suas vidas do outro lado do Atlântico. Nem sempre os padrinhos e madrinhas tinham suas características destacadas pelos registros de batismo, mas, várias vezes, a cor e a condição jurídica dessas pessoas eram registradas como uma maneira, inclusive, de demarcação social. Quando essas informações são explicitadas pelo pároco, é-nos permitido identificar os laços criados entre a população africana e outros grupos sociais.

Como citamos anteriormente, as mães africanas que batizaram seus filhos e suas filhas na freguesia de Nossa Senhora das Neves, provavelmente, já tinham várias experiências vividas na província da Paraíba, diferente daqueles que estavam sendo batizados e que, também provavelmente, tinham chegado a pouco tempo e ainda estavam começando a construir seus laços sociais.

As relações de compadrio podem demonstrar isso. No caso das mães que estavam batizando seus filhos, 4 delas escolheram homens pardos livres, dentre os quais três eram casados, para serem padrinhos de seus filhos. Joanna, africana, teve como filha Izabel, ambas tinham como proprietário Jozé Vicente Torres. Como padrinho e madrinha de sua filha, Joanna escolheu Jozé Joaquim de Santa Anna e sua esposa Maria dos Prazeres sendo ambos pardos e livres (L.I, fl.27). Ressalte-se que, na sociedade escravista do século XIX, a estratificação social estava baseada não só na condição jurídica, como na cor dos indivíduos. Ser pardo e livre significava ocupar um lugar melhor posicionado do que uma preta escravizada. Dessa maneira, Joanna provavelmente tentou, pelo ritual do batismo, fixar esse laço social em um sentido horizontal, com uma pessoa melhor posicionada do que ela. O objetivo dessa decisão, além de aspectos pessoais, estava na tentativa de proteger sua filha, buscando pessoas que pudessem dar apoio necessário.

Mas não só com os pardos a população africana se relacionava na Paraíba do século XIX, os crioulos também se relacionavam com esta. A africana Maria, nascida na Costa da Mina, escolheu para ser padrinho de sua filha Victoria o crioulo Vicente Fernandes Luna (L.I, fl.48). Além do mais, as relações de compadrio não serviam apenas para fortalecer laços entre pessoas de grupos sociais distintos, mas também entre os próprios escravizados. 12 mães africanas escolheram padrinhos escravizados, como foi o caso de Jozé Fernandes de Melo,

preto escravizado por Jozé Fernandes e que em 1836 foi padrinho de Luis, filho da africana Eloia escravizada por Henrique da Silva Ferreira Rebello (L.I, fl.63).

No caso das pessoas africanas adultas que foram batizadas na freguesia de Nossa Senhora das Neves, talvez, não tivessem tanto espaço de escolha. Luis, Alberto e Caetano (os dois primeiros definidos como Nagôs e o último como Uça) tinham como proprietário o chefe de Polícia João Antônio de Araújo Freitas Henrique, foram batizados no mesmo dia, 13 de junho de 1855. Os três tiveram como padrinho Antonio, pardo e escravizado por D. Maria Joaquina de Santa Anna. Provavelmente, eles tenham chegado junto à Paraíba e comprados por João Antônio de Araújo na mesma leva. Não sabemos ao certo até que ponto a escolha do padrinho foi feita pelos escravizados ou indicado pelo proprietário. Talvez, uma negociação entre ambos lados (LIII, fl.202).

Caso interessante a ser destacado é o do africano Tito, preto da costa. Ele tinha como proprietário o Coronel Francisco Chaves de Souza Carvalho. Tito teve como padrinho Paulo Ribeiro Pessoa Lacerda, branco e solteiro (L.III, fl.156). Por ter sido batizado no oratório particular do Engenho do próprio senhor, a escolha do padrinho pode ter sido limitada.

Mas esse espaço de autonomia poderia ser aumentado pelos africanos escravizados. Vejamos Manoel Goes, “preto de nação”. Nada consta sobre sua condição jurídica. Lembrando da importância de se determinar, à época, quem era livre ou não, a ausência da condição jurídica de Manoel Goes pode levar-nos a acreditar que ele não era escravizado. Ele foi padrinho de Maria, uma preta de nação adulta que era escravizada por Francisco Xavier de Abreu. Por terem a mesma determinação de origem (preto/a de nação), a escolha pode ter sido indicada pela própria Maria (L.I, fl.142).

Possibilidades de pesquisa

Esses apontamentos feitos até o momento são apenas resultados parciais de uma pesquisa mais ampla sobre a população africana na Paraíba do século XIX. Mas, apesar dos esparsos resultados, conseguimos perceber que a documentação proquial de batismo é extremamente rica em informações sobre essa população. Como apontamos, produção historiográfica na Paraíba foi muito marcada por uma visão sintética e muito ampla (algumas vezes, até equivocada) do IHGP. É necessário pesquisar as experiências de vidas das pessoas escravizadas e não vê-las apenas sob uma visão homogênea e tal documentação pode ajudar muito nesse sentido.

A partir dos registros de batismos, podemos destacar alguns aspectos gerais sobre os africanos escravizados na cidade da Parahyba do Norte, identificar seus lugares de

procedência da África e os laços de sociabilidades por eles criados do outro lado do Atlântico. Isso nos levou a perceber, por exemplo, que as pessoas que já estavam na Paraíba há certo tempo, batizando seus filhos e suas filhas conseguiram criar laços mais amplos por meio do compadrio do que as pessoas escravizadas que tinham acabado de chegar. Esses laços eram construídos não só entre os próprios africanos, como com outros grupos como pardos, crioulos e indígenas não só mediante o compadrio como pelo casamento.

Muito ainda precisa ser feito e outros aspectos dessa população africana precisam ser aprofundados como sua religiosidade, as relações cotidianas com outros grupos e suas relações com seus senhores, a busca pela liberdade e a reconstrução de suas vidas. Os registros de batismos nos permitiram o primeiro passo nesse caminho.

Referências

Manuscritas

Livros de batismos da Freguesia Nossa Senhora das Neves, 1833-60.

Bibliográficas

- AQUINO, Aécio Villar de. Índios, negros, conquistadores e colonizadores da Paraíba. **Revista do R.I.H.G.P.** N.27, p. 27-34, 1995.
- BARICKMAN, Bert J. As cores do escravismo: escravistas “pretos”, “pardos”, “cabras” no Recôncavo baiano, 1835. **População e Família**. São Paulo, CEDHAL/USP, n. 2, 1999.
- CARVALHO, Álvaro de. A Escravidão, fenômeno social como qualquer outro. **Revista do R.I.H.G.P.** N. 10, p.107-111, 1946.
- DIAS, Margarida Maria Santos. **Intrepida ab origine**: O Instituto Histórico e Geográfico paraibano e a produção da história local. João Pessoa: Almeida Gráfica e Editora, 1996.
- MATTOS, Regiane Augusto de. As sociedades africanas. In: _____. **História e cultura afro-brasileira**. São Paulo: Contexto, 2007, p. 11-61.
- MELLO, Humberto. Datas e notas para a história do negro na Paraíba. **Revista do R.I.H.G.P.** N. 25, p. 113-122, 1991.
- MILANEZ, Altamir. O negro e o Brasil. **Revista do R.I.H.G.P.** N. 27, p. 171-175 1995.
- PORTO, Waldice Mendonça. O negro na história paraibana. **Revista do R.I.H.G.P.** N. 25, p. 277-297, 1991.
- RECENSEAMENTO de 1872. Disponível em: http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/visualiza_colecao_digital.phf. Acesso em: 15 de mar de 2013.
- ROCHA, Solange Pereira da. **Travessias atlânticas: Rotas do tráfico e a presença africana na Paraíba colonial**. **Portuguese Studies Review**, Vol. 14, No. 1, 2006. p. 279-305
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil - 1870-1930**. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. A historiografia acadêmica paraibana e a ANPUH-PB: considerações de meio século. In: GLEZER, Raquel (org). **Do passado para o futuro**: edição comemorativa dos 50 anos da Anpuh. São Paulo: Contexto, 2011, p.239-261.